Apresentação

Simone Monteiro
Livio Sansone
(orgs.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MONTEIRO, S., and SANSONE, L., org. Apresentação. In: *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, pp. 9-12. ISBN: 978-85-7541-615-0. Available from: doi: [10.7476/9788575416150.0001](https://doi.org/10.7476/9788575416150.0001). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/dcc7q/epub/monteiro-9788575416150.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Este livro tem por objetivo refletir sobre as desigualdades sociais, seus reflexos na área da saúde, particularmente as que se referem a questões étnico-raciais. Trata-se de uma proposta de ampliação da escassa literatura, no âmbito da América Latina, acerca das interfaces entre etnicidade, saúde, sexualidade e gênero. A partir das contribuições das ciências sociais e da saúde, os trabalhos aqui reunidos discutem os conceitos de raça e etnicidade, e suas relações com o campo da saúde. Abordam, ainda, os resultados de investigações referentes à saúde reprodutiva, envolvendo grupos indígenas e a população negra, bem como reflexões acerca dos desafios na implementação de políticas públicas com recorte étnico/racial.

A proposta de conjugar os trabalhos de especialistas em povos indígenas e população negra visa examinar os contrastes e as aproximações, no campo da saúde reprodutiva, entre grupos étnico-raciais excluídos historicamente no contexto da América Latina e, desta forma, ampliar o debate sobre as especificidades culturais associadas à condição étnico-racial. Vale destacar que nesta publicação foi incluído o ponto de vista de profissionais pertencentes a instituições acadêmicas e de movimentos sociais. Embora nem sempre seja fácil, compreende-se que a interlocução entre pesquisadores, militantes e pesquisadores-ativistas¹ deva ser fomentada. A leitura dos artigos permite a identificação da riqueza, das dificuldades e do potencial da interação entre esses atores sociais para a produção do conhecimento e para a formulação de políticas públicas. Pode-se dizer que há visões consensuais no que diz respeito à compreensão das identidades étnicas e raciais como construções sociais, e que a perspectiva de uma sociedade sem discriminação racial, capaz de respeitar todos os indivíduos, independentemente de

¹ A denominação pesquisadores-ativistas refere-se àqueles especialistas em grupos minoritários inseridos em instituições acadêmicas que falam em nome de seu grupo.

cor, sexo e condição social, é compartilhada por todos. No entanto, há menos concordância sobre as melhores estratégias para se atingir tal meta.

É importante citar que os artigos que integram esta coletânea foram produzidos a partir das exposições e dos debates ocorridos no seminário Raça/Etnicidade na América Latina: questões sobre saúde e direitos reprodutivos, realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 2001, e organizado pelo Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde do Departamento de Biologia do Instituto Oswaldo Cruz, com o apoio da Fundação Ford. O evento contou com a participação de pesquisadores de universidades do Brasil, da Colômbia e dos Estados Unidos,² da Fundação Oswaldo Cruz, incluindo o Instituto Oswaldo Cruz (IOC), a Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), a Casa de Oswaldo Cruz (COC) e o Centro de Informação Científica e Tecnológica (Cict), bem como de profissionais e lideranças sociais de organizações não-governamentais e governamentais do Brasil, do Peru e do México.³

O livro foi organizado em quatro partes. A primeira introduz questionamentos acerca de estudos e intervenções centrados nas relações entre etnicidade e saúde reprodutiva na América Latina, contemplando um olhar histórico e contemporâneo. Marcos Chor Maio examina as relações entre raça, medicina e saúde pública no Brasil Imperial à luz da discussão, com o historiador Sidney Chalhoub, acerca da pertinência em se afirmar a existência de um pensamento higienista racista na segunda metade do século XIX, que teria contribuído sobremaneira para a definição de uma política de embranquecimento da sociedade brasileira. A partir de uma revisão bibliográfica, o artigo de Simone Monteiro analisa como a literatura no campo da saúde pública tem abordado as concepções de raça e etnia na definição da suscetibilidade às doenças e quais as implicações de tais concepções para a interpretação das diferenças nos indicadores de saúde entre os grupos étnico-raciais. O trabalho de Livio

² Fizeram parte do evento profissionais das Universidades Federais do Amazonas (FUA), de Pernambuco (UFPE), da Paraíba (UFPB), da Bahia (UFBA), do Mato Grosso (UFMT), do Rio de Janeiro (UFRJ), de Niterói (UFF), de Minas Gerais (UFMG), do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de Santa Catarina (UFSC), da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Cândido Mendes (RJ). Participaram também pesquisadores das Universidades de Vanderbilt (Nashville), Del Valle (Cali) e Nacional da Colômbia (Bogotá).

³ Estiveram presentes profissionais da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, da Secretaria Estadual de Saúde (RJ), e das seguintes organizações: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), Fala Preta, de São Paulo, AfroReggae, NEPPN/PUC e Cidadania Estudo Pesquisa Informação e Ação (Cepia), do Rio de Janeiro; Núcleo de Estudos Negros (NEN), de Florianópolis; Griô Centro Pedagógico de Reterritorialização Cidadania Negra e Coordenação Estadual da Mulher, de Porto Alegre; Mingá Peru, do Peru, e Grupo de Estudios sobre la Mujer, do México.

Sansone propõe uma reflexão sobre as interfaces entre etnicidade, racialização, identidade, gênero e sexualidade no contexto de quatro países da América Latina (Brasil, México, Nicarágua e Colômbia). O autor salienta ainda as particularidades e os elementos comuns entre os países investigados.

As demais partes, descritas abaixo, estão estruturadas na forma de um texto de tomada de posição seguido por outros artigos que o analisam criticamente. A definição deste formato teve por objetivo contemplar as convergências e divergências em torno da temática em foco e, desta forma, incorporar os diversos ângulos da discussão atual referente às investigações e também as proposições de políticas públicas na área da saúde com recorte étnico-racial.

Assim, a segunda parte da coletânea, voltada para as formulações conceituais e as representações sobre raça, etnicidade e suas aplicações na área da saúde, é constituída pelo texto central de José Carlos dos Anjos, seguido das análises críticas de Peter Fry e Mara Viveros. José Carlos reflete sobre o significado e os usos das concepções de raça, saúde, corpo e etnia, a partir de dois eixos. Um deles centra-se na perspectiva denominada pelo autor de *historicista nominalista*, sustentada pela visão foucaultiana de raça e biopoder. A outra vertente trata das abordagens antropológicas sobre concepções locais de doença, corpo e saúde. A busca da convergência dos referidos eixos apóia a análise do autor sobre a “dominação e as possibilidades de diálogo interétnico” na proposição de políticas públicas de saúde. Em sua apreciação, Peter Fry lança questionamentos acerca dos argumentos desenvolvidos por José Carlos e indagações em relação ao movimento voltado para a adoção do modelo racial bipolar (branco e negro) no Brasil e às conseqüências da correlação entre ‘raça negra’ e doença para a afirmação de identidades raciais. Mara Viveros também examina as idéias elaboradas por José Carlos, focalizando as relações entre a noção de biopoder e raça, as tensões entre universalismo e particularismo na área da saúde pública, os efeitos sociais do imaginário racista e as possibilidades de resistência da população negra.

A terceira parte traz como tema a saúde reprodutiva da população indígena a partir de dois textos de base, o de Carlos Coimbra e Luiza Garnelo e o de Renato Athias, acompanhados das análises de Beth Conklin e de Esther Jean Langdon, respectivamente. Diante da carência de dados sobre os determinantes socioculturais, ambientais e biológicos da saúde reprodutiva dos povos indígenas na realidade brasileira, Carlos Coimbra Jr. e Luiza Garnelo recorrem a estudos de casos para abordar os padrões de fecundidade e as particularidades epidemiológicas da população indígena, associadas à saúde reprodutiva. Em seu artigo, Beth Conklin tece considerações acerca das questões assinaladas por Coimbra e Garnelo, enfatizando as contribuições para a saúde pública do conceito de direitos reprodutivos, no que diz respeito à criação de novos

espaços de interlocução entre os povos indígenas e os profissionais de saúde. O trabalho de Renato Athias, por sua vez, descreve os resultados da pesquisa realizada na área indígena de Pankararu, em Pernambuco, focalizando a relação da mulher Pankararu com o seu corpo e o ciclo reprodutivo, e as representações das doenças. Esther Jean Langdon faz uma apreciação do trabalho de Athias, destacando as especificidades das políticas públicas da saúde indígena e suas repercussões para o campo da saúde reprodutiva.

A quarta e última parte, direcionada para as investigações na área da saúde reprodutiva com ênfase na população negra, é composta de três artigos de referência (André Caetano, Fernando Urrea Giraldo e colaboradores e Fátima Oliveira), seguidos de duas análises críticas (Francisco Bastos e Mônica Grin). O estudo de André Caetano examina a existência de diferenças estatisticamente significativas em relação ao risco de esterilização feminina entre brancas, pardas e negras no Brasil, e analisa as condições que cada grupo de raça/cor enfrenta para controlar a sua fecundidade. O artigo de Francisco Bastos comenta as contribuições da perspectiva metodológica adotada por André Caetano e traz argumentos sobre a necessidade de estudos empíricos na área da saúde pública que incluam raça/etnia como categoria de análise. Em consonância com essa visão, o trabalho de Fernando Urrea e colaboradores apresenta dados de pesquisas sobre gênero, sexualidade e saúde reprodutiva de jovens negros de Cáli (Colômbia), ressaltando alguns efeitos dos estereótipos raciais para a trajetória dos jovens investigados. Os dois artigos finais desta parte discutem, de forma mais direta, proposições de políticas públicas em saúde com recorte étnico-racial. Fátima Oliveira apresenta dados sobre morbidade e mortalidade entre os negros e brancos, e cita propostas de afirmação de um campo de pesquisa e de intervenção voltado para a saúde da população negra, bem como as respostas do governo brasileiro nesta área. Mônica Grin, apoiada na contextualização da dinâmica das relações raciais no Brasil, assinala alguns dilemas referentes à elaboração de políticas públicas com recorte étnico-racial e problematiza a operacionalização das propostas apresentadas por Oliveira.

Em suma, mediante reflexões dos diversos campos disciplinares, esta publicação tem por objetivo aprofundar a compreensão das relações entre o conceito de raça/etnicidade, os indicadores socioeconômicos e o quadro de enfermidades. Desta forma, pretende fomentar o debate sobre: a operacionalização da categoria cor/raça nas investigações na área da saúde, os efeitos da discriminação étnico-racial na saúde e na qualidade da assistência, e a implementação de modelos diferenciados de saúde pública, tendo por base as tradições culturais dos grupos étnico-raciais.

Os Organizadores